

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**Uso público em unidades de conservação segundo os gestores
integrantes da Rede de UCs do Rio Grande do Sul**

Vânia do Amarante

Passo Fundo

2020

Vânia do Amarante

Uso público em unidades de conservação segundo os gestores integrantes da Rede de UCs do Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador:

Jaime Martinez

Coorientador:

Marcos Gerhardt

Passo Fundo

2020

CIP – Catalogação na
Publicação

A485u Amarante, Vânia do

Uso público em unidades de conservação segundo
os gestores integrantes da Rede de UCs do Rio Grande
do Sul / Vânia do Amarante. – 2020.

[79] f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Martinez.

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais)

—

Universidade de Passo Fundo, 2020.

1. Biologia de conservação - Rio Grande do Sul.
2. Meio ambiente. 3. Áreas protegidas - Uso público.
4. Proteção ambiental. 5. Gestão ambiental. I.
Martinez, Jaime, orientador. II. Gerhardt, Marcos,
coorientador.
III. Título.

CDU: 574

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



PPGciamb
Programa de Pós-Graduação
em Ciências Ambientais

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação:

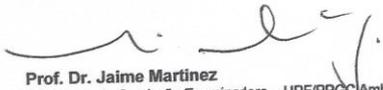
**“Uso público em unidades de conservação segundo os gestores
integrantes da Rede de UCs do Rio Grande do Sul”**

Elaborada por

VÂNIA DO AMARANTE

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
“Mestre em Ciências Ambientais”

Aprovado em: 24/09/2020
Pela Banca Examinadora


Prof. Dr. Jaime Martinez
Presidente da Comissão Examinadora – UPF/PPGciAmb


Profa. Dra. Claudia Petry
Universidade de Passo Fundo – UPF/PPGciAmb


Prof. Dr. Miguel Serediuck Milano
Instituto LIFE

DEDICATÓRIA

Dedico à minha criança interior, que desde a infância até aqui, tem a natureza como refúgio, que emerge nas florestas em busca de equilíbrio e reconexão.

AGRADECIMENTOS

Este sonho de cursar Mestrado, tornou-se possível com muitos envolvidos no processo, os quais tenho profundo agradecimento.

- À CAPES que mesmo com tantos cortes orçamentário durante este período, possibilitou através do apoio financeiro concedido, a conclusão desta etapa tão importante na minha caminhada acadêmica.

- À minha família, minhas irmãs que estiveram presente, me acolhendo e me incentivando em todos os momentos, minha mãe que através de suas orações sempre me abençoou com sabedoria, meu pai que não acreditava que eu iria tão longe nos estudos, mas que sente um profundo orgulho que transparece no olhar, e meu namorado, parceiro e amigo que acompanhou intensamente minhas sagas de escritas noturnas, encantou-se com cada fotografia de unidades de conservação que tive a oportunidade de visitar.

- Ao meu orientador, Jaime Martinez, pela orientação e oportunidade de aprender e compartilhar conhecimento, pelas visitas em unidades de conservação, pelo apoio e incentivo no crescimento pessoal e profissional, além da confiança e amizade adquirida.

- Ao meu coorientador, Marcos Gerhardt, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, pelos ensinamentos e conhecimento compartilhado, pela paciência, compreensão e a disponibilidade com atenção.

- Aos gestores que fizeram parte desta pesquisa, que contribuíram significativamente com tamanha disponibilidade e atenção.

- A Rede Norte, pelas trocas de conhecimento proporcionadas nos eventos organizados.

- À coordenação do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, representado pelo Prof. Dr. Cristiano Buzzato, por toda a disponibilidade e atenção sempre.

- Às secretárias do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, representada pela Dionice Ozelame, pela atenção e disponibilidade.

- Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais por todo o aprendizado e conhecimento compartilhado, pelas aulas inesquecíveis e trocas enriquecedoras.

- Ao geógrafo Mateus Pessetti, por ter me auxiliado na elaboração dos mapas.

- As minhas colegas e meus colegas de turma, pela convivência durante esse período, pelas ajudas recebidas, pelas angústias compartilhadas e pelos risos soltos.

- À melhor amiga que eu poderia ter, Vanessa Lando Bortoncello, por todo o apoio e incentivo sempre, pela ajuda tão fundamental no processo de escrita, pela amizade e por todo o carinho demonstrado.

- As escolas que trabalho, e meus alunos e alunas, pela compreensão quando se fez necessária minha ausência para as saídas de campo da pesquisa.

- Aos meus gatos por estarem sempre ao meu lado, fazendo companhia no período de escrita, nas madrugadas geladas de inverno.

Foi uma experiência memorável, infinita gratidão aos encontros, ao universo, a natureza, as conexões com propósitos da existência.

EPIGRAFE

“Eu gostaria de ser lembrado como um sujeito que amou profundamente o mundo e as pessoas, os bichos, as árvores, as águas, a vida. ”

Paulo Freire.

RESUMO

AMARANTE, Vânia do. Uso público em unidades de conservação segundo os gestores integrantes da Rede de UCs do Rio Grande do Sul. [79] f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

As unidades de conservação têm uma imensa relevância no provimento de diversos serviços no meio ambiente. O uso público em unidades de conservação é caracterizado como serviço ambiental intangível. Portanto, é complexo mensurá-lo, pois se trata de atividades como recreação, educação ambiental, pesquisa científica, que envolvem a conservação e relação entre sociedade e natureza. Além disso, a gestão dessas áreas desempenha um papel fundamental na efetivação desses programas, porém há uma carência de dados sobre a visitação desses espaços em nível de estado, país e de mundo. Nesse sentido, com intuito de mensurar e caracterizar o uso público, o estudo presente buscou, através de entrevista com gestores, informações em 13 unidades de conservação em categorias de proteção integral e uso sustentável, que integram a “Rede de UCs” do Rio Grande do Sul. As coletas ocorreram entre setembro de 2019 e maio de 2020, utilizando como metodologia a história oral temática, com transcrição das entrevistas para análise dos dados. Os resultados mostraram que todas as UCs da pesquisa realizam diversos tipos de atividade de uso público, que a procura por estes espaços está crescente. Além disso, o público que mais visita essas áreas, são estudantes, e isso traz a importância destes espaços para trabalhar a educação ambiental, sendo grandes salas de aula ao ar livre. Os fatores que motivam a realização dessas atividades, vem das equipes de trabalho, dos voluntários e da resposta positiva dos visitantes. A principal dificuldade pontuada pelos gestores, para realizar as atividades com qualidade e eficácia, aliadas aos objetivos do SNUC, é a falta de recurso humano. Destaca-se a “Rede de UCs” como elemento de troca de experiência, se mostrando eficaz na capacitação e integração das gestões. Os programas de uso público têm impactos relevantes nas regiões locais, porém é evidente a carência de integração das comunidades do entorno com as áreas. Para potencializar essas atividades, envolvendo uma gestão participativa e equitativa, recomenda-se ampliar e capacitar equipes de trabalho para promover o contato de pessoas com a natureza, por meio da educação e interpretação ambiental, da recreação e do turismo ecológico.

Palavras-chave: 1. Unidades de conservação. 2. Uso público. 3. Conservação. 4. Proteção. 5. Gestão.

ABSTRACT

AMARANTE, Vânia do. Public use in conservation units according to the managers of the Rio Grande do Sul UC Network. [79] f. Dissertation (Masters in Environmental Sciences) – University of Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

Conservation units have an immense relevance in providing various services in the environment. Public use in conservation units is characterized as an intangible environmental service. Therefore, it is complex to measure it, as it involves activities such as recreation, environmental education, scientific research, which involve conservation and the relationship between society and nature. In addition, the management of these areas plays a fundamental role in implementing these programs, but there is a lack of data on the visitation of these spaces at the state, country and world levels. In this sense, in order to measure and characterize public use, the present study sought, through interviews with managers, information on 13 conservation units in categories of integral protection and sustainable use, which are part of the “Network of UCs” of Rio Grande from the South. The collections took place between September 2019 and May 2020, using thematic oral history as a methodology, with transcription of the interviews for data analysis. The results showed that all research UCs carry out different types of activities for public use, that the demand for these spaces is growing. In addition, the public that most visits these areas are students, and this brings the importance of these spaces to work on environmental education, being large open-air classrooms. The factors that motivate the performance of these activities come from the work teams, the volunteers and the positive response from the visitors. The main difficulty pointed out by the managers, to carry out the activities with quality and efficiency, combined with the objectives of the SNUC, is the lack of human resources. The “UC Network” stands out as an element for exchanging experience, proving to be effective in training and integrating management. Public use programs have significant impacts on local regions, but the lack of integration of the surrounding communities with the areas is evident. To enhance these activities, involving participatory and equitable management, it is recommended to expand and train work teams to promote the contact of people with nature, through environmental education and interpretation, recreation and ecological tourism.

Key words: 1. Protected áreas 2. Public use. 3. Conservation. 4. Protection. 5. Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa com a localização dos municípios.	27
Figura 2 - Mapa da localização das Unidades de Conservação.....	28
Figura 3 - Tempo de vínculo empregatício dos gestores nas unidades de conservação....	36
Figura 4 -Tipos de atividades de uso público desenvolvidas nas diferentes categorias UC's.....	38
Figura 5 - Tipologia de público que visita as unidades de conservação.	39
Figura 6 - Aspectos motivacionais citados pelos gestores para realizarem atividades de uso público nas unidades de conservação.	41
Figura 7 - Dificuldade dos gestores para desenvolver uso público nas unidades de conservação.	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação das unidades de conservação que compõe a pesquisa	33
Tabela 2 - Informações dos programas de uso público, o fluxo das atividades e taxas..	35
Tabela 3 - Números de visitantes em unidades de conservação entre 2015 a 2019.	39

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UCs: Unidades de conservação

ICMbio: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

SEMAI: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura

SEUC: Sistema Estadual de Unidades de Conservação

CNUC: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

MMA: Ministério do Meio Ambiente

IUCN: União Internacional para a Conservação da Natureza

PNM: Parque Natural Municipal

RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REVISÃO DA LITERATURA	17
2.1	<i>Breve histórico da implantação de áreas protegidas no Rio Grande do Sul</i>	17
2.2	<i>A Rede de unidades de conservação do Rio Grande do Sul no contexto histórico</i>	18
2.3	<i>Contexto histórico do uso público nas Unidades de Conservação</i>	19
3	PRODUÇÃO CIENTÍFICA I	21
3.1	INTRODUÇÃO	22
3.2	MATERIAL E MÉTODO	26
3.2.1	<i>Local do estudo</i>	26
3.2.2	<i>Coleta de dados</i>	32
3.2.3	<i>Análise de dados</i>	32
3.2.4	<i>Resultados</i>	32
4	DISCUSSÃO	47
5	CONCLUSÃO	51
6	REFERENCIAS	52
7	ANEXOS	56
8	APÊNDICES	64
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73

1 INTRODUÇÃO

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), define as áreas protegidas como “um espaço geográfico com definições claras e reconhecido, com objetivo específico e gerido através de meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para obter a conservação da natureza no longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados” (IUCN, 2017). O Brasil, sendo um país megadiverso, com dimensões continentais, está entre os 17 países com maior biodiversidade do planeta, e muito dessas riquezas estão dentro de áreas protegidas (YOUNG & MEDEIROS, 2018). O documento regulador dessas áreas - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) aponta objetivos preservacionista e de inclusão social. O artigo 4, inciso XII, aponta a necessidade de favorecer as condições para promover a educação e interpretação ambiental, a recreação e o turismo ecológico. O inciso XIII do mesmo artigo, menciona o alinhamento da proteção dos recursos naturais necessários à subsistência dos povos e comunidades tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. Além disso, este documento está comprometido internacionalmente e inclui o cumprimento do conjunto de metas estabelecidos pela Convenção da Diversidade Biológica. As **Metas de Aichi**, tem como missão, ampliar a representatividade das áreas protegidas terrestres e marinhas em 17% até este ano de 2020 (YOUNG & MEDEIROS, 2018). Em relação a isso, no Bioma Mata Atlântica, objeto deste estudo, existem mais de 2.300 parques e 1.000 reservas particulares que fornecem recursos e serviços de qualidades provenientes destas áreas nos territórios de abrangência. (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA 2020)

Nesse sentido, as unidades de conservação têm uma imensa relevância no provimento de diversos serviços ambientais que podem ser *tangíveis*, a exemplo: o fornecimento de água, estoque de carbono, polinização e a regulação do clima como um todo, bem como os serviços *intangíveis*: como a recreação, educação e interpretação ambiental, pesquisa científica, o que se caracteriza como programas de uso público (VALLEJO, 2017; TAKAHASHI, 2004). Com isso, estes espaços, estimulam a curiosidade e a contemplação da natureza, desenvolvendo um senso de responsabilidade

e cuidado ecológico. Além dos benefícios para o desenvolvimento físico e cognitivo, a estimulação por meio do contato com áreas verdes, visa promover a partir desse vínculo, o respeito e a preservação da natureza (CARVALHO, 2006). Desta forma, a experiência de visitar uma Unidade de Conservação e estimular essas vivências com a natureza (CORNELL, 2005; VASCONCELLOS, 1998) pode transformar as pessoas e produzir mudanças de comportamento duradouras (NEIMAN, 2009; MILLER, 1997). No entanto, esses importantes locais só podem beneficiar a sociedade e cumprirem seus objetivos de conservação se forem bem geridos. Assim, a correta gestão do uso público tem um papel vital no oferecimento de oportunidades.

Nesse contexto, conforme dados disponíveis, o Rio Grande do Sul, conta atualmente com 108 unidades de conservação (SEMA, 2020). No intuito de potencializar as relações entre as UCs no que tange a gestão, surge diversas articulações, que formam as “redes de UCs” tanto aqui no estado do Rio Grande do Sul, como em todo o país (FONSECA et al., 1997). Com diferentes denominações, abrangendo regiões próximas, essas redes, buscam a partir de encontros periódicos, a integração, a capacitação, as vivências e trocas, se tornando assim uma ferramenta no desenvolvimento de estratégias que contribuem na atuação dos gestores nas unidades de conservação (PINHEIRO, 2010). Desta forma, percebe-se o papel significativo da gestão dessas áreas, no entanto, há uma carência de informações em relação ao potencial de cada uma, assim como a falta de estudos sobre as atividades realizadas, acarretando dificuldades na realização de ações, e comprometendo a perspectiva de uma gestão eficaz, aliada aos objetivos do SNUC (BACKES, 2012; PIMENTEL, 2013; YOUNG & MEDEIROS, 2018). A partir disso, com dados mais consistentes de visitação, é possível fazer o planejamento adequado em torno dos programas de uso público, sem comprometer a conservação dos ecossistemas, atendendo assim os objetivos do SNUC de conservar a biodiversidade e proporcionar experiências em contato com a natureza (YOUNG & MEDEIROS, 2018).

A partir desta lacuna, o estudo em questão objetiva mensurar a dimensão atual e as características do uso público em 13 unidades de conservação do Rio Grande do Sul que integram a atual Rede de UCs. A pesquisa buscar identificar, por meio do instrumento da entrevista, se na percepção dos gestores, as unidades de conservação que compõe a Rede, estão desenvolvendo atividades de uso público que atendem os objetivos

previstos do SNUC? Para isso, será feita a identificação dessas áreas dimensionando-as no espaço-tempo, caracterizando-as quanto ao território, a tipologia do público, as atividades desenvolvidas e número de visitantes. Prospects também, detectar aspectos motivacionais ou de desestímulo nas ações dos programas, assim como a relação da UC com a comunidade do entorno das áreas, além dos possíveis efeitos das articulações da Rede para esses gestores, no desenvolvimento, incremento e qualificação das atividades de uso público. O estudo tem como intuito, auxiliar os gestores das UCs na tomada de decisões a partir das informações coletadas, bem como potencializar o trabalho coletivo por meio de ações da Rede para fortalecimento das gestões e o enriquecimento do arcabouço científico dessa temática.

O estudo em questão está composto por uma breve revisão da literatura sobre aspectos históricos das áreas protegidas do Rio Grande do Sul, bem como a articulação da Rede de UCs no contexto histórico e o uso público, além de um capítulo na forma de artigo científico. A Produção Científica na forma de artigo trata das atividades de uso público desenvolvida nas unidades de conservação, bem como as percepções dos gestores sobre esses programas. O estudo será submetido para publicação, seguindo as normas da Revista Sociedade & Natureza.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Breve histórico da implantação de áreas protegidas no Rio Grande do Sul

As primeiras unidades de conservação do estado do Rio Grande do Sul foram criadas há mais de 75 anos pelo Governo Federal, por meio do Instituto Nacional do Pinho que, nos anos de 1945 e 1946, criou as, hoje, denominadas Florestas Nacionais, em áreas da Floresta Ombrófila Mista. Em 1959 foram criados o Parque Nacional de

Aparados da Serra, em Cambará dos Sul e o Horto Botânico Irmão Teodoro Luís, em Capão do Leão (BACKES, 2012).

Nota-se que o início da implantação das UCs aconteceu no período madeireiro, entre 1915 e 1960, e em um período sequente de agricultura extensiva, que compreende até os dias atuais. Com isso, grande parte dos ecossistemas originais tinham sido destruídos ou seriamente alterados pela extração seletiva de madeira, pelo pastoreio extensivo, o uso extensivo do fogo ou tinha sido reduzida a um grande número de fragmentos (REITZ et al., 1988). Por isso, o Rio Grande do Sul é o estado com menor extensão de ecossistemas nativos protegidos em unidades de conservação e quando iniciou a implantação destas áreas protegidas, grande parte dos ecossistemas originais do Rio Grande do Sul tinha sido destruída ou alterada em decorrência de ações antrópicas, muitas delas fortemente impactantes (BACKES, 2012).

Com todo o processo de degradação dos biomas originalmente existentes no estado, a disponibilidade de áreas para desenvolver programas de uso público, projetos de pesquisa, educação ambiental e lazer junto à natureza restringiu-se às áreas protegidas, que são os Parques Nacionais, as Estações Ecológicas e outras categorias de unidades de conservação (BACKES, 2012). Em tempos futuros, os Parques Nacionais e áreas similares serão, talvez, as únicas onde as pessoas encontrarão a possibilidade de usufruir e sentir-se inspiradas por uma paisagem natural autêntica e exuberante (PÁDUA, 1978). Por isso, e por múltiplas outras razões, essas áreas são hoje quase as únicas em que tais programas podem ser desenvolvidos com algum sucesso e isso fundamenta a necessidade de conservação.

2.2 *A “Rede de UCs” do Rio Grande do Sul no contexto histórico*

Ao longo do tempo, com todas as complexidades inerentes à expansão territorial, ao uso da terra e demandas da sociedade, foram criadas dezenas de unidades de conservação (MILLER, 1997). No final da década de 1990, o país apresentava “Redes” de unidades de conservação com mais de 1.000 unidades de conservação públicas e privadas, federais e estaduais, totalizando aproximadamente 76 milhões de hectares (FONSECA et al., 1997). Neste contexto de expansão, em meados de 2008, surgiu na região norte do Rio Grande do Sul, através da articulação de ambientalistas, gestores e

apoiadores das unidades de conservação, a então chamada “Rede de Unidades de Conservação da Natureza do Planalto Médio do Rio Grande do Sul”. A Rede, como cita um dos precursores do movimento em reportagens da época, era a única possibilidade de gerações futuras terem garantido os ambientes naturais. Naquele período, o Rio Grande do Sul tinha dez unidades de conservação oficializadas, e juntas somavam uma área em torno de 3,500 hectares. Com isso, o planalto médio com 3 milhões de hectares, não abrangia nem 1% da área protegida, como consta os relatos do ambientalista e Professor Jaime Martinez. A criação da rede regional, tinha o propósito de ajudar e fortalecer essas unidades e sensibilizar as pessoas a protegerem seus territórios.

Nesse sentido, a atual Rede de Ucs, se constituiu em 11 de novembro de 2008 por meio de um Protocolo de Intenções, destinado a atuar em prol das áreas protegidas e realizou cerca de 17 encontros nas diferentes Unidades de Conservação, em várias regiões do estado. Os encontros da Rede de UCs propiciaram uma grande rede de amigos, de parcerias, que tornou possível a divulgação e a ampliação do quadro de áreas protegidas no norte do estado. A Rede visava as trocas de experiências, a capacitação técnica dos gestores e funcionários, assim como cooperar para aumentar o grau de conectividade das unidades e fomentar as políticas públicas para a conservação. A partir daí muitos encontros aconteceram e a Rede permanece atuando em prol da natureza nos dias atuais, tendo adesão expressiva de unidades de conservação de várias regiões do estado.

Com isso, as redes de UCs compreendem a troca de experiências na condução e gestão de seus espaços territoriais e nas relações com as comunidades, além de propiciar o fortalecimento dos sistemas nacional e estadual de unidades de conservação e a busca de novas estratégias de conservação da natureza (PINHEIRO, 2010).

2.3 Contexto histórico do uso público nas unidades de conservação

O termo “uso público” é definido por muitos autores (VALLEJO, 2015; PIMENTEL, 2015; TAKAHASHI, 2004) e independentemente da motivação do visitante, os programas estão relacionados com a contemplação, recreação, esporte, observação de aves, entre outros, ou do segmento do turismo em questão: ecológico, histórico ou urbano (MEDEIROS et al., 2011; MILLER, 1997). Deve-se destacar que nos programas de uso público, o acesso adequado aos recursos naturais, a preservação dos

componentes bióticos e a integração do visitante com a natureza, são objetivos previstos na Lei Federal 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000). Além disso, inseridos no plano de manejo da UCs, o adequado zoneamento e sua observância são fundamentais para a conciliação da preservação ou conservação de espécies, habitats, paisagens e o uso público (BRASIL, 2009; BRAUN, 1995; DOUROJEANNI, 2003).

Além disso, a inclusão de ações com viés educativo e a interpretação ambiental como elemento base dos programas de uso público é a chave para o sucesso, pois quando as atividades desses dois subprogramas são gerenciadas respeitando-se os princípios fundamentais que regem a existência da área protegida, podem promover a diversificação da economia regional, geração de empregos e renda local, melhoramento na infraestrutura de transporte, comunicações, além de contribuir com a conscientização pública sobre o valor das áreas protegidas (MAGRO, 1999).

Nesse sentido, se vivencia atualmente novos paradigmas de gestão de áreas protegidas, em que a dimensão humana é uma parte decisiva de qualquer estratégia para que a conservação possa chegar aos seus fins (PIRES et al., 2013). Sobre isso, McNeely (2003) e Vasconcellos (1997) preconizam que a sobrevivência de muitas áreas protegidas depende de maior igualdade, não só de informações como da participação direta da população nas decisões, para que o público em geral possa perceber seus benefícios e não vê-las como lugar a parte, alheio e sim como espaço de integração, convivência, compreendendo essa reconexão necessária do ser humano com a natureza.

3 ANEXOS

Anexo 1: Vista do Parque Parque Nacional dos Aparados da Serra.



Anexo 2: Indivíduos de *Araucaria angustifolia* na entrada da Floresta Nacional de São Francisco de Paula.



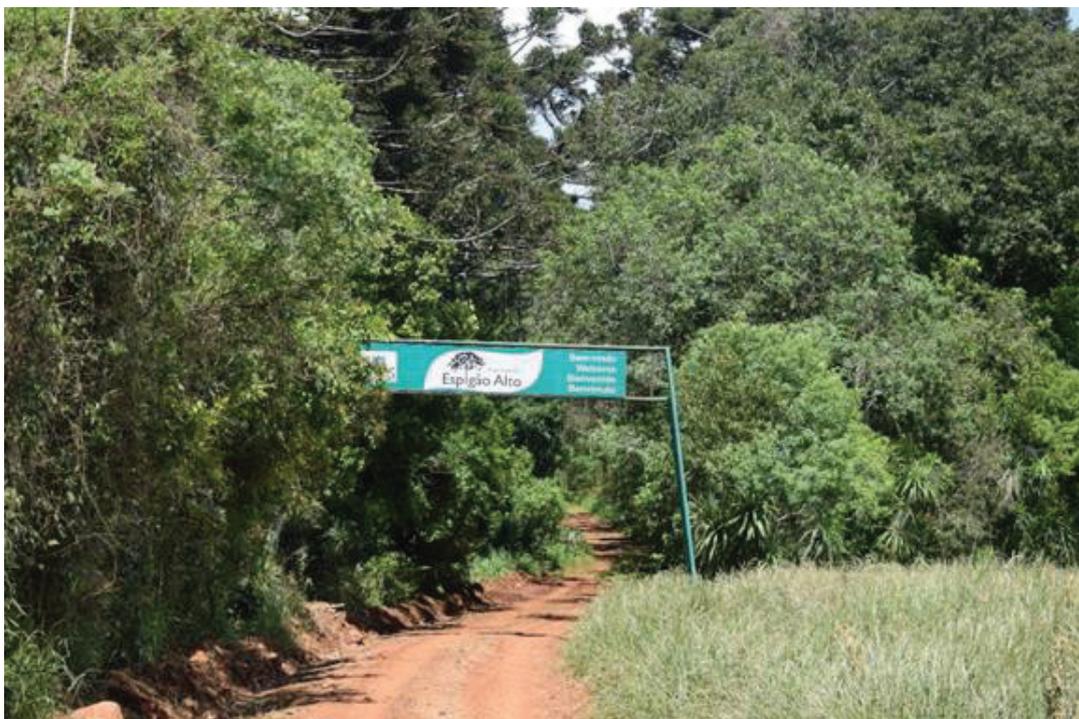
Anexo 3: Vista aérea da Floresta Nacional de Passo Fundo.



Anexo 4: Banner informativo presente na entrada do Parque Estadual do Turvo.



Anexo 5: Pórtico presente na entrada do Parque Estadual do Espigão Alto.



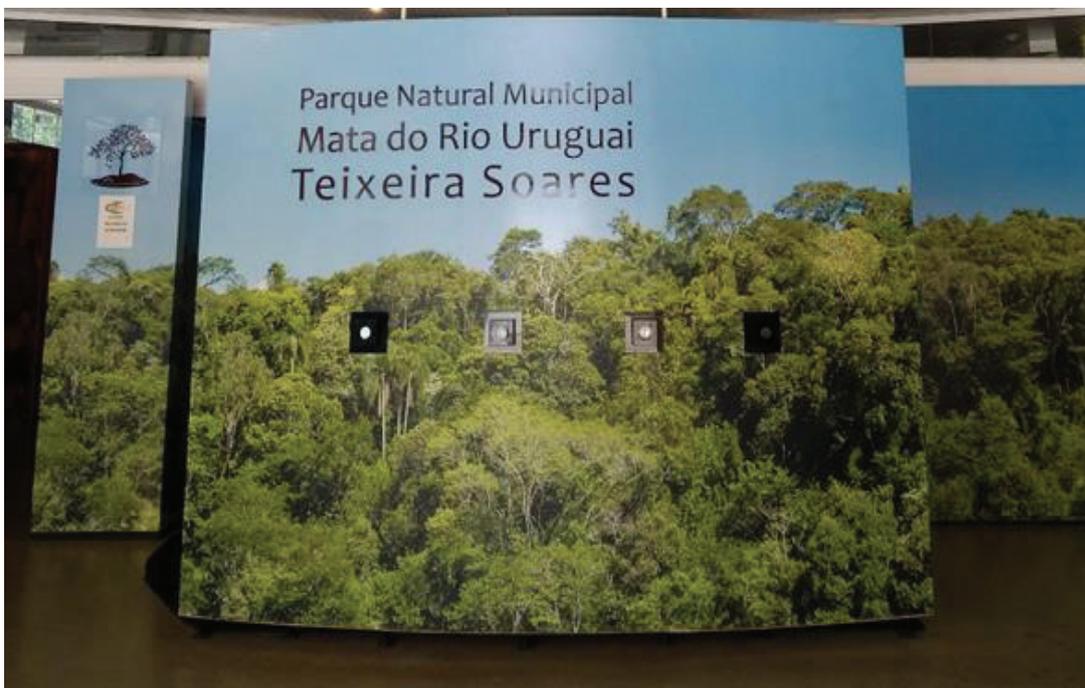
Anexo 6: Placa de identificação presente na entrada do Parque Estadual do Papagaio-charão.



Anexo 7: Pórtico presente na entrada do Parque Natural Municipal João Xavier da Cruz.



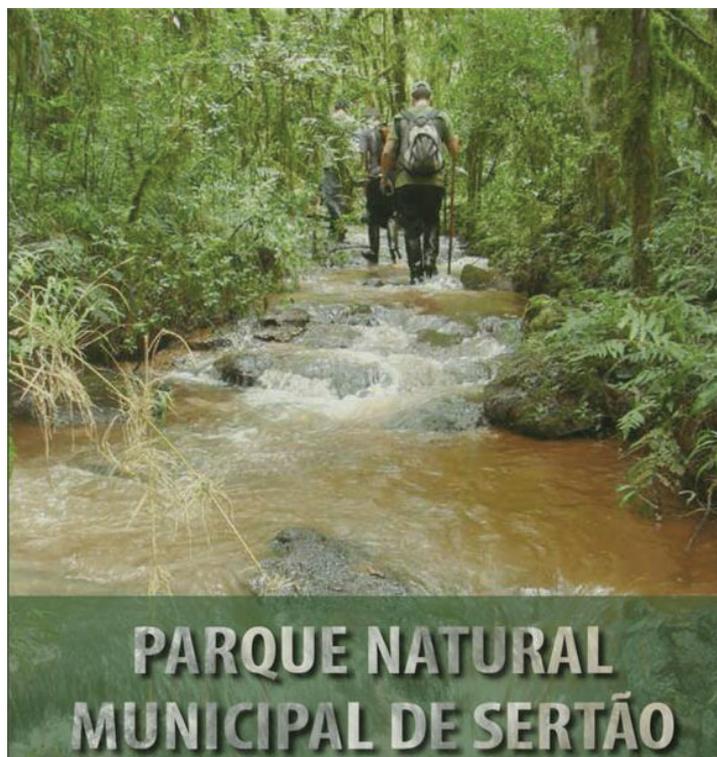
Anexo 8: Entrada do Parque Natural Municipal Mata do Rio Uruguai Teixeira Soares.



Anexo 9: Vista aérea do Parque Natural Municipal Pinheiro Torto e Plano de Manejo



Anexo 10: Publicação referente ao Parque Natural Municipal Pinheiro de Sertão.



Anexo 11: Placa de criação presente na Reserva Particular do Patrimônio Natural Instituto Menino Deus.



Anexo 12: Placa de identificação presente na entrada da Reserva Particular do Reserva Particular do Patrimônio Natural Maragato



Anexo 13: Placa informativa presente na entrada da Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Particular do Patrimônio Natural UPF.



4 APÊNDICES



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa sobre a DIMENSÃO E CARACTERIZAÇÃO DO USO PÚBLICO EM ÁREAS PROTEGIDAS DA REDE NORTE. Essa pesquisa é parte da Dissertação da mestranda Vânia do Amarante, sob orientação do Professor Jaime Martinez e coorientação do Professor Marcos Gerhardt, da Universidade de Passo Fundo. Ela justifica-se pela relevância do tema no contexto socioambiental e para o conhecimento científico, pois amplia a compreensão da visitação nas áreas protegidas do Rio Grande do Sul.

O objetivo desta pesquisa é avaliar a dimensão e caracterizar as atividades de uso público realizadas pelas áreas naturais protegidas que integram a REDE Norte, buscando detectar aspectos motivacionais ou de desestímulo para o envolvimento das comunidades na educação e interpretação ambiental.

As entrevistas serão realizadas em um local de preferência do entrevistado, com data e hora a ser combinada. Você poderá se sentir desconfortável ao lembrar alguns aspectos desagradáveis de sua trajetória ou do tema da pesquisa. Caso isso aconteça, terá absoluta liberdade para não falar sobre estes aspectos ou mesmo para interromper, imediatamente, a entrevista. Em caso de desconforto, a pesquisadora o encaminhará para um profissional qualificado. Por outro lado, ao participar da pesquisa, você terá como benefício o conhecimento histórico produzido e a percepção de ser um agente da história.

Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo. Sua participação

nesta pesquisa não é obrigatória e você pode desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento.

Você não terá qualquer despesa para participar da presente pesquisa e não receberá pagamento por sua participação no estudo.

As suas informações serão gravadas e posteriormente arquivadas. Com este consentimento, você será identificado e as informações compartilhadas serão divulgadas, ou seja, os dados relacionados a sua identificação e os resultados desta pesquisa serão divulgados na Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais da mestranda Vânia do Amarante, em artigos acadêmicos ou outras formas de publicação do conhecimento. As informações ficarão sob domínio da mesma, que terá o pleno direito de utilizá-las em pesquisas posteriores. Desde já fica esclarecido que não haverá sigilo e confidencialidade das informações.

Documentos fornecidos por V. Sa., como Livros de Atas, Livro de Assinaturas de visitantes, Plano de Manejo e fotografias, serão igualmente utilizados na pesquisa e poderão ser divulgados na Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais da mestranda Vânia do Amarante, em artigos acadêmicos ou outras formas de publicação do conhecimento, sem sigilo e sem confidencialidade.

Caso você tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE e caso se considera prejudicado(a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com os pesquisadores (054-991593965/ 054-96335946) ou com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais ou também pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UPF, pelo telefone (54) 3316-8157, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

Dessa forma, ao assinar, você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelos pesquisadores responsáveis em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com os pesquisadores.

Passo Fundo, ____ de _____ de 20____.

Nome do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

Pesquisadora: Vânia do Amarante



ROTEIRO DE ENTREVISTA / INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Título do projeto: DIMENSÃO E CARACTERIZAÇÃO DO USO PÚBLICO EM ÁREAS PROTEGIDAS DA REDE NORTE

Pesquisadora: Vânia do Amarante

1. Fale de sua relação com a Unidade de Conservação. Desde quando está ligado a ela?
2. Qual o panorama atual do uso público em Unidades de Conservação que consideras importante ressaltar?
3. Quais as atividades de uso público já foram/ e estão sendo desenvolvidas na UCs?
4. Durante a sua gestão, quais são os incentivos recebidos relacionados aos programas de uso público?
5. Quais dificuldades são encontradas na implementação destes programas?
6. Teve aspectos comportamentais notáveis da comunidade do entorno após a participação nas atividades na UCs?
7. A REDE Norte contribuiu de alguma forma para UCs ? Como?
8. Fale sobre outros aspectos que considera importantes.

Findamos agradecendo a oportunidade de entrevistá-lo e ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos. Gratos.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO/ VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 3.933.070

Avaliar a dimensão e caracterizar as atividades de uso público realizadas pelas áreas naturais protegidas que integram a REDE Norte, buscando detectar aspectos motivacionais ou de desestímulo nas ações dos programas.

Objetivo Secundário:

Identificar as UCs da REDE Norte que realizam atividades de uso público, dimensionando as mesmas no espaço e no tempo; Caracterizar as atividades de uso público realizadas, identificando atores e públicos envolvidos; Levantar os aspectos motivacionais junto aos gestores das UCs, na realização das atividades; Levantar barreiras de limitações de não realizar atividades de educação e interpretação ambiental; Avaliar através dos gestores, os impactos comportamentais gerados pelas comunidades do entorno e que refletem direta e indiretamente na UCs; Avaliar o efeito da REDE Norte para esses gestores no desenvolvimento, incremento e qualificação das atividades de uso público.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Relembrar aspectos desagradáveis de sua trajetória individual ou social na medida em que rememora a história vivida como gestor da área protegida.

Benefícios:

A construção de um conhecimento científico sobre as áreas protegidas que estará disponível para a sociedade e, também, para os entrevistados

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

No Estado do Rio Grande do Sul, tem-se a presença dos Biomas Pampa e Mata Atlântica (MMA, 2014). As Unidades de Conservação da REDE Norte situam-se respectivamente no Bioma Mata Atlântica. O Domínio da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul é constituído de floresta ombrófila densa, floresta ombrófila mista (floresta com araucária), floresta estacional semidecidual, campos de altitude e restinga. A área de estudo contempla como mostra a figura 1, as regiões de Cambará do Sul, onde encontra-se o Parque Nacional dos Aparados da Serra e Serra Geral e também o município de São Francisco de Paula, onde está localizada a Floresta Nacional de São Francisco de Paula. Em Passo Fundo, situa-se as RPPNs - Reserva Particular Patrimônio Natural UPF, Reserva Particular Patrimônio Natural Maragato, Reserva Particular Patrimônio Natural Menino Deus e Parque Natural Municipal Pinheiro Torto. Em Carazinho, está localizado o Parque Natural Municipal João Alberto Xavier da Cruz. No município de Sarandi, encontra-se o Parque Estadual do Papagaio

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

Página 02 de 05

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO/ VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 3.933.070

Charão. No município de Sertão, o Parque Natural Municipal de Sertão. No município de Barracão, encontra-se o Parque Estadual do Espigão Alto, em Marcelino Ramos o Parque Natural Municipal Mata do Rio Uruguai Teixeira Soares, e Derrubadas o Parque Estadual do Turvo. O estudo nessas regiões será realizado a partir do levantamento de aspectos importantes sobre as ações de uso público na visão dos gestores das UCs da REDE Norte por meio de entrevista. Todo o trabalho será feito através da visitação nas áreas, seguido de entrevista com perguntas estruturadas, além do acesso aos planos de manejo, livros Atas, fotografia da área. O fator de inclusão das UCs citadas abaixo, foi a partir do grau de participação nas atividades realizadas pelas REDE Norte nestes últimos dez anos de atuação. As áreas protegidas que fazem parte da pesquisa como mostra as figuras 2 e 3 e descritas na sequência, estão estruturadas em três esferas: federais, constituídas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) e cadastradas no CNUC, administrada pelo ICMBio; as unidades de conservação municipais constituem pelo Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC) e administradas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado. Solicitamos após o fim da pesquisa o envio de relatório final.

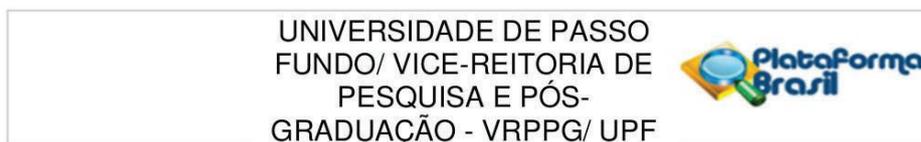
Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1529722.pdf	23/03/2020 18:35:04		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	23/03/2020 16:41:49	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_rppnupf.pdf	23/03/2020 01:07:55	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_rppnmeninodeus.pdf	23/03/2020 01:07:39	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Declaração de	autorizacao_pnmsertao.pdf	23/03/2020	VANIA DO	Aceito

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

Página 03 de 05



Continuação do Parecer: 3.933.070

Instituição e Infraestrutura	autorizacao_pnmsertao.pdf	01:05:47	AMARANTE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_pnmpinheiroorto.pdf	23/03/2020 01:05:20	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_pnmteixeirasoaes.jpg	23/03/2020 01:04:27	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_pnmjoaoxavierdacruz.jpeg	23/03/2020 01:03:08	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_rppnreservamaragato.pdf	23/03/2020 01:02:13	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	instrumentodapesquisa.pdf	23/03/2020 00:49:19	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	esclarecimento_.pdf	23/03/2020 00:48:12	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisa.pdf	23/03/2020 00:44:46	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	SISBio.pdf	20/03/2020 20:24:59	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_SEMA.pdf	20/03/2020 20:24:28	VANIA DO AMARANTE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	pesquisanaoiniciada.pdf	20/03/2020 20:21:08	VANIA DO AMARANTE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimento.pdf	20/03/2020 19:57:10	VANIA DO AMARANTE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O uso público em áreas protegidas está presente no debate atual das questões ambientais no Brasil, porém faltam dados sobre essas atividades. Diante dessa ausência, nesta dissertação buscamos as características e as dimensões dos programas desenvolvidos em unidades de proteção integral e uso sustentável no Rio Grande do Sul, que fazem parte da Rede de UCs, abrangendo quatro categorias, onde essas atividades são permitidas (SNUC, 2000). Desta forma, para obter essas informações, levamos em conta a relevância dos sujeitos que estão gerindo estes espaços e fomos ouvi-los, buscamos coletar suas respostas por meio de entrevistas estruturadas, contendo oito perguntas sobre a temática.

As entrevistas trouxeram muitos dados interessantes, com destaque para o tipo de público que visita essas áreas, sendo estudantes a grande maioria e nesse sentido, enfatizamos a importância destes espaços para trabalhar a educação ambiental, como grandes salas de aula ao ar livre.

Outro fator de extrema relevância para este estudo, é a constatação da necessidade eminente de resolver a falta de recursos humanos, para trabalhar as ações de uso público nestas áreas. A respeito disso, acreditamos que é necessário, de imediato, suprir essa demanda, além de oferecer uma estrutura que comporte a visitação. Portanto, uma vez que estamos propondo potencializar o uso público, primeiramente é preciso calcular os impactos e respeitar as limitações dos espaços.

Conforme mostra nossos resultados, as UCs municipais estão sendo mais visitadas e vale salientar que esses são importantes espaços a serem melhor aproveitados no potencial que exercem, pois estão mais próximas da população. Com isso, amplia a possibilidade de trabalhar a conservação nos diferentes territórios e avançar no envolvimento das comunidades do entorno, assim como estabelecer a integração da Redes de UCs e consolidar as gestões.

Considerando as limitações, esse estudo contribui para mensurar dados qualitativos e quantitativos de atividades de uso público e respondeu nossos questionamentos. A pesquisa mostrou que os objetivos do SNUC, especificamente do

artigo 4, inciso XII e XIII, em partes estão sendo atingidos nessas unidades, uma vez que todas as áreas desenvolvem alguma atividade de uso público, mas reforçamos a necessidade de estabelecer suporte para realização desses programas, no que tange a falta de recurso pessoal e estrutura, para condução do uso público assistido e de qualidade, além de inserir as comunidades do entorno e promover uma gestão participativa e eficaz, para que então de fato esses objetivos sejam alcançados. Contudo, este estudo supri lacunas de dados de visitação nestas unidades de conservação, e nesse viés, corrobora estudos anteriores que demonstram a relevância dos programas de uso público em áreas protegidas, como ferramenta para conservação, potencial econômico, saúde, bem-estar e reconexão com a natureza. Para agregar à produção científica, sugerimos pesquisas que apliquem métricas e avaliem indicadores de atividades de serviços ambientais *intangíveis*, relacionadas aos programas de uso público nas unidades de conservação.

REFERÊNCIAS

- BACKES, A. **Áreas protegidas no Estado do Rio Grande do Sul: um esforço para a conservação**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2012
- BARROS, F. H. G. COSTA, S. S.; KIEMLE JR., F. 2004. Avaliação da sustentabilidade socioeconômica e ambiental das Unidades de Conservação na Amazônia Legal. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Curitiba, 2004. p. 21-38.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO. **Relatório de atividades PROBIO 2002-2004**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Diretoria de Áreas Protegidas, 2006.

BRASIL. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, v. 2, n. 2, out. 2004.

BARROS, M. I. A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 2003. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais), Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz, Piracicaba, 2003.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, N. M. C; COSTA, V. C. **Turismo e Meio Ambiente: Aula 12**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2009.

CORNELL, J. **Vivências com a Natureza**. São Paulo: Aquariana, 2005.

DITT, E. H; MANTOVANI, W; PADUA, C. V; BASSI, C. **Entrevistas e aplicação de questionários em trabalhos de conservação**. Métodos de estudos em Biologia da Conservação & Manejo da Vida Silvestre, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. Repositório da Produção da USP, p. 617-631, 2003.

DOUROJEANNI, M. J. Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil. In: BAGER, A. (Ed.). **Áreas protegidas: conservação no âmbito do Cone Sul**. Pelotas: Editora A. Bager, p. 1-20, 2003.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, José Luiz de A. & OLIVEIRA, Daniela de. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, Roseli Senna (Org.). **Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas**. Brasília: Editora Câmara, 2010.

FARIA, H. H.; PIRES, A. S. Implicações dos Conselhos Consultivos na Gestão de Unidades de Conservação. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, Tupã, v. 9, n. 3, p. 33-53, 2013.

FRANCO, J. L. DE A.; SCHITTINI, G. DE M.; BRAZ, V. DA S. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Historiae**, Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 233–270, 2015.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. Guidelines for protected areas: management categories. Gland: International Union for Conservation of Nature – IUCN, **World Conservation Monitoring Centre – WCMC**, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro: DEDIT/CDDI, 1992.

INSTITUTO SEMEIA. **Diagnóstico Do Uso Público Em Parques Brasileiros: A Perspectiva Dos Gestores**. São Paulo: Editora Instituto Semeia, 2019.

INSTITUTO SEMEIA. **Parques do Brasil: Percepções da População**. 2018. São Paulo: Editora Instituto Semeia, 2018.

KLEIN, R. M. Os tipos florestais com Araucaria em Santa Catarina. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Botânica**. Sociedade Botânica do Brasil, Curitiba, p. 97- 100, 1985.

LEUNG, Y.F.; SPENCELEY, A.; HVENEGAARD, G.E.; BUCKLEY, R. Turismo e gestão de visitantes em áreas protegidas: **Diretrizes de sustentabilidade**. Série de diretrizes de melhores práticas para áreas protegidas n. 27. Gland, Suíça: IUCN, 120 p., 2018.

MARTINEZ, J.; PRESTES, N.; AMARANTE, A. et al. **Trilha Interpretativa como um recurso na educação básica**. Passo Fundo: UPF Editora, 2015

MAGRO, T. C. **Impactos do Uso Público Em uma Trilha no Parque Nacional do Itatiaia**. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental). Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 1999.

MEDEIROS, R; YOUNG, C. E. F; PAVESE, H. B; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MEIHY, J. C. S. **Manual da História Oral**. 4ª ed. São Paulo: Edições. Loyola...Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000

MILLER, Kenton. **Em busca de um novo equilíbrio**. Brasília: IBAMA, 1997

MILLER, K. A. Evolução do Conceito de Áreas Protegidas no Mundo. Anais do **CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**. Curitiba, v. 1 p. 3-21, 1997

MILANO, M. S. Porque existem as unidades de conservação? In: MILANO, M. S. (org.). **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Proposta do grupo de trabalho preservação e recuperação da Floresta Ombrófila Mista no Estado de Santa Catarina**. Brasília: MMA, 2002.

NAIDOO, F. R. et al. Avaliando os impactos das áreas protegidas no bem-estar humano no mundo em desenvolvimento. *Science Advances*. v. 5, no. 4, p 1-8 2019.

NEIMAN, Z. Estudo sobre as motivações para o comportamento pró ambiente: o potencial transformador do contato com a natureza. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 206-214, 2009.

PÁDUA, M. T. J. **Os parques nacionais no Brasil**. São Paulo: José Olympio, 1979.

PEREIRA, O. D. **Direito florestal brasileiro**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950.

PIMENTEL, D. S. Parcerias para a gestão do uso público em parques. **Anais do Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação** Niterói, n. 1, v. 1, p. 27 – 38, 2013..

PINHEIRO, M. R. (Org.). **Recomendações para reconhecimento e implementação de mosaicos de áreas protegidas**. Brasília: GTZ, 2010.

PIRES, P. T. L.; ZENI JUNIOR, D. M.; GAULKE, D. As Unidades de Conservação e a Floresta Ombrófila Mista no Estado do Paraná. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 22, n. 3, p. 589-603, 2012.

PINTO, L. P. Status e os novos desafios das unidades de conservação na Amazônia e Mata Atlântica. In: LIMA, G. S.; ALMEIDA, M. P.; RIBEIRO, G. A. (Orgs.). **Manejo e conservação de áreas protegidas**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa: 2014. p. 41-58.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p.13-49, 1997.

REITZ, R.; KLEIN, R.; REIS, A. **Projeto Madeira do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1988.

RODRIGUES, C. G. DE O.; ABRUCIO, F. L. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um

novo modelo de governança. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 3, p. 105–120, 2019.

ROMANILLOS, T.; MANEJA, R.; VARGA, D.; BADIELLA, L.; BOADA, M. Áreas naturais protegidas: na doença e na saúde. **Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública**, v. 15, n. 10, p. 1-19, 2018.

SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5.ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p

SPENCELEY, A., SNYMAN, S., & EAGLES, PFJ. Uma estrutura de decisão sobre a escolha de modelos de gestão para serviços de turismo em parques e áreas protegidas. **Jornal de recreação ao ar livre e turismo**, p. 72-80, 2019.

PINTO, L. P et al. Unidades de Conservação Municipais da Mata Atlântica. **Relatório Técnico**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica. 2018.

TAKAHASHI, L. Uso Público em Unidades de Conservação. **Cadernos de Conservação**. Ano 02, nº 02. Curitiba: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza, outubro de 2004.

TAKAHASHI, L. Y. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do estado do Paraná**. 144 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Curitiba, 1998.

THOMPSON, A.; MASSYN, P.J.; PENDRY, J.; PASTORELLI, J. **Concessões de turismo em áreas naturais protegidas: diretrizes para gestores**. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014

VASCONCELLOS, J. M.O. Trilhas Interpretativas: aliando educação e recreação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Anais... Curitiba: UNILIVRE. v.1, p. 465-477, 1997.

YOUNG, F. E. C.; MEDEIROS, R. Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. In: YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; MEDEIROS, Rodrigo (Orgs.). Rio de Janeiro: **Conservação Internacional**, 2018.

ZARTH, P. A. Agricultura e impactos ambientais no Planalto do Rio Grande do Sul. In: NODARI, E. S; KLUG, J. (Orgs.). **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 54-76.

WATSON, J. et al. The performance and potential of protected areas. **Nature**. p. 67-73, 2014.



PPGCiamb

Programa de Pós-Graduação
em Ciências Ambientais